



Florestan Fernandes e a questão do transformismo na transição democrática brasileira

David Maciel*

Introdução

A obra tardia de Florestan Fernandes é fundamental para a compreensão do processo político-social brasileiro nos últimos 50 anos. Como intelectual marxista e como socialista militante Florestan Fernandes não só elaborou a interpretação teórica mais importante sobre o Estado burguês brasileiro sob a Ditadura Militar, como desenvolveu sistemática intervenção no processo político em curso, seja na condição de publicista, publicando periodicamente em alguns dos principais jornais da grande imprensa, seja na condição de político, como militante e parlamentar do PT (Partido dos Trabalhadores). De 1974, quando publicou *A revolução burguesa no Brasil* (FERNANDES, 1987), até sua morte, em 1995, Florestan Fernandes elaborou um amplo painel da vida brasileira, por meio de diversas obras acadêmicas, sujeitas ao mais estrito rigor científico, de artigos de intervenção conjuntural, escritos “a quente” e publicados na grande imprensa e de discursos e pronunciamentos, frutos do seu trabalho parlamentar.

De sua interpretação sobre a Ditadura Militar como ápice da autocracia burguesa emergiu uma leitura do processo de transição política

* Doutor em História e professor da Faculdade de História- UFG. End. eletrônico: macieldavid@ig.com.br

que foi sendo calibrada passo a passo, conforme a dinâmica político-social se desenvolvia sob seus olhos, dando origem à denúncia da “transição lenta, gradual e segura”, desdobrada ao longo dos anos 70 e 80 como continuação da ditadura por outros meios. Neste diapasão, a democracia brasileira, formalizada com a Constituição de 1988 e com a eleição presidencial de 1989, configura-se como experimento limitado estruturalmente pela resistência sociopática às mudanças demonstrada pelas classes dominantes brasileiras, originando nada mais do que uma “ditadura disfarçada”; desmascarando o discurso dominante, de matriz liberal, que reputa a transição como movimento político exitoso na instauração de uma democracia efetiva. No entanto, à luz de pesquisas mais recentes e da própria dinâmica política desenvolvida no país nos últimos 15 anos, é possível afirmar que a leitura fernandiana da transição padeceu de um certo “messianismo revolucionário”, obscurecendo a plena compreensão do movimento transformista exercido pela autocracia burguesa reformada sobre o movimento social dos trabalhadores.

Autocracia burguesa e Ditadura Militar

Ao longo de duas décadas Florestan Fernandes marcou sua intervenção no debate político e acadêmico com uma interpretação particular da sociedade brasileira desenvolvendo a teoria da autocracia burguesa e do caráter sincrético do Estado brasileiro. Em sua chave explicativa, o Estado burguês brasileiro constituiu-se como uma autocracia, restringindo a sociedade civil e a Nação por ele reconhecidas aos estratos burgueses e seus movimentos políticos e sociais, excluindo politicamente a enorme massa popular, e interditando a ascensão dos trabalhadores, em particular, e das classes oprimidas, em geral, à condição de sujeito político. Como resultado histórico da incapacidade burguesa de enfrentar a contento a pressão externa, exercida pelo imperialismo e pelas nações capitalistas centrais, e a pressão interna, exercida pelos estratos proletários urbanos e rurais cada vez mais socializados e ampliados em razão do próprio desenvolvimento capitalista, a autocracia burguesa baseou-se na conciliação entre as novas e as antigas classes dominantes, e destas com o imperialismo, desenvolvendo-se organicamente como um movimento auto-defensivo e contra-revolucionário que se reproduziu historicamente tanto nos períodos de “ditadura aberta”, como no Estado Novo (1937-1945) e na Ditadura Militar (1964-1985), quanto nos períodos de “ditadura dissimulada”, como durante o período chamado de “República Populista” (1945-64) (FERNANDES, 1987).

Segundo Florestan, como contra-revolução preventiva, lance culminante da contra-revolução prolongada em que se constituiu a revolução burguesa no Brasil, o golpe civil-militar de 1964 opôs-se

drasticamente às potencialidades da revolução democrática e nacional, gestadas pelo próprio desenvolvimento do capitalismo no país, instituindo a forma mais acabada e perfeita da autocracia burguesa. Em sua fase de instalação e consolidação, a Ditadura Militar desencadeou um modelo de transformação capitalista pautado pela aceleração econômica, pela dependência associada ao capital externo e por uma dinâmica societária que limitou os benefícios do desenvolvimento econômico aos variados estratos burgueses em detrimento das massas populares e, em especial, dos trabalhadores. O Estado correspondente a este processo aperfeiçoou suas feições autocráticas e sincréticas, herdadas do que Fernandes chama de *antigo regime*, absorvendo formas políticas variadas, num amálgama de democracia restrita, oligarquismo e fascismo que favorecia a interlocução política dos estratos burgueses com o Estado ao mesmo tempo em que reduzia as classes subalternas ao silêncio e destinava aos opositores políticos a submissão ou a repressão mais brutal (FERNANDES, 1987, p. 289-366).

Em obras como *A revolução burguesa no Brasil, Apontamentos sobre a Teoria do Autoritarismo* (1979), *Brasil em compasso de espera* (1980) e *A ditadura em questão* (1982), Florestan Fernandes revelou o conteúdo autocrático do processo de transição política que então se iniciava colocando-se ainda frontalmente contra o ardil politicista utilizado pelo governo militar para reformar a autocracia burguesa por meio da transição “lenta, gradual e segura”. No debate político e acadêmico o ardil politicista rendia frutos à estratégia do governo na medida em que toda a problemática política da oposição girava em torno da “democratização” como finalidade última da luta oposicionista. Com base numa leitura politicista de matriz liberal, duramente criticada por ele (FERNANDES, 1979), a democracia era vista como ponto de chegada de uma linha evolutiva que partia do fascismo, passava pelo autoritarismo e chegava à democracia, sem que o conteúdo autocrático e sincrético do Estado burguês brasileiro fosse questionado e colocado em xeque. Neste aspecto, a formulação de Florestan Fernandes foi única no debate então em curso, tanto em sua perspectiva crítica, quanto pela radicalidade de sua propositura teórico-interpretativa.

Esta empreitada teórico-crítica exigiu de Florestan a incorporação definitiva do marxismo como eixo metodológico estruturante de sua análise, dando origem a uma interpretação criativa e original no marxismo brasileiro. De fato, em “A Revolução Burguesa no Brasil” Florestan Fernandes avançou plenamente em sua leitura original do marxismo, resgatando categorias e problemáticas fundamentais do materialismo histórico e dialético, há muito abandonadas ou secundarizadas pelo marxismo brasileiro, combinadas ao mais avançado arsenal teórico e analítico disponibilizado pelas outras correntes teóricas à ciência social. Sem, porém, abrir mão da centralidade analítica do método marxista e nem corrompê-lo

em seu núcleo duro, porém recorrendo a outras formulações para compor um quadro amplo, variado e rico de nuances do processo histórico brasileiro. Partindo do processo da luta de classes, em âmbitos nacional e internacional, como fundamento explicativo da dinâmica histórica e social, Florestan Fernandes recupera de modo criativo e atualizado uma série de categorias críticas fundantes do marxismo. Devido aos limites de espaço deste artigo apenas destacaremos como mais importantes a categoria de revolução, entendida como processo social permanente e de longa duração, desdobrado em todos os aspectos do processo da luta de classes, não apenas como tomada do poder político; o conceito de desenvolvimento desigual e combinado, articulado ao conceito de revolução permanente e fundado no entendimento de que o capitalismo avança e se impõe submetendo e combinando-se a modos de produção e relações sociais pré ou subcapitalistas, determinando ritmos variados e temporalidades distintas; e a compreensão do Estado como ditadura de classe, que de acordo com dada situação histórica combina de modo sincrético variadas formas políticas, articuladas em torno da dominação social. O conceito de Estado sincrético derivado desta compreensão permite a crítica do politicismo liberal e da definição do aparelho de Estado apenas em função da sua forma política.

Autocracia e transição

Apesar de admitir a extrema funcionalidade da autocracia burguesa para a dinâmica da transformação capitalista no país Florestan Fernandes apontava, em meados dos anos 70, seus limites como técnica de sustentação permanente do capitalismo monopolista devido às próprias contradições geradas pelo seu desenvolvimento e por sua potencialização; ou em seus próprios termos, pela contradição entre “aceleração econômica” e “contra-revolução preventiva”. Em primeiro lugar, o aprofundamento da dupla articulação entre setor moderno (capitalista) e setor arcaico (pré-capitalista e subcapitalista) e entre economia nacional e imperialismo tornava a concentração de renda, a satelitização da economia e o arrocho salarial necessidades imanentes à sua reprodução. Por outro lado, a diversificação econômica, a expansão do regime de classes e a inserção das massas migrantes no “mundo moderno”, conseqüências do próprio desenvolvimento do capitalismo monopolista na periferia, teriam como contrapartida um processo de acirramento da luta de classes, manifesto em cisões crescentes no monolitismo burguês; mudanças na base material da classe operária, com o surgimento de um novo tipo de operário, mais qualificado e mais exigente em termos de elevação de sua participação econômica, social e cultural, implicando na sua emergência na cena política como nunca antes e na renovação do movimento sindical; e finalmente no surgimento de uma nova classe média, revolucionada em suas expectativas

de ascensão social e cada vez mais crítica da autocracia (FERNANDES, 1987, p. 276-288).

Diante desta situação tendencialmente explosiva, diagnosticada quando o projeto distensionista do governo Geisel ainda dava seus passos iniciais, Florestan apontava as limitações estruturais da perspectiva de “abertura política” do ponto de vista burguês, pois esta não poderia ir além de uma ampliação da “democracia de cooptação”, através da qual o Estado autocrático-burguês se articula com as classes dominantes, incapaz de abrir-se plenamente às pressões “vindas de baixo”. Esta tentativa de “normalização” da autocracia com a “constitucionalização” do “regime de exceção”, seria insuficiente para estabilizar o poder burguês e dar um fôlego maior ao “modelo autocrático de transformação capitalista”, abrindo caminho para o avanço de uma perspectiva burguesa nacionalista e democrática operada por setores do bloco no poder no sentido de preservar o principal, porém cortando os nós górdios da dependência e do atraso, por meio do desenvolvimento de um “autêntico” Capitalismo de Estado. Ou ainda precipitando a desagregação revolucionária da ordem e a eclosão do socialismo através de uma “revolução dentro da ordem” anti-privatista e antiimperialista que envolveria necessariamente as classes trabalhadores como um agente decisivo e uma “revolução contra a ordem” antiburguesa desencadeada pelos trabalhadores e seus aliados em direção a uma transição socialista (FERNANDES, 1987, p. 275-288 e 353-366).

Em meados dos anos 70, Florestan Fernandes não vislumbra um movimento de reforma da autocracia burguesa e da dependência, ou seja, de ampliação da “democracia de cooptação” e de “normalização” da autocracia ao ponto de cooptar, mesmo que indiretamente, os principais instrumentos de luta e organização do movimento social dos trabalhadores; apesar de sua crítica revelar como ninguém a carne e o osso da dominação burguesa no Brasil. No entanto, o processo de reforma da autocracia por meio da “transição lenta, gradual e segura” não o surpreende, apesar de ele avaliar que esta via acirrar ainda mais as contradições sociais, criando condições para a afirmação do pólo político proletário e da perspectiva socialista. Ainda mais por que para ele a “transição lenta, segura e gradual” era uma tentativa de reconciliar as classes burguesas nativas com o Estado e particularmente com o capital externo diante da crise da “unidade sagrada” obtida pela autocracia burguesa no auge da ditadura e do “Milagre Brasileiro”, o que limitava a “abertura política” à movimentos de aliança política “para o lado” e não “para baixo”, além de reproduzir e aprofundar a perspectiva autocrática, seu modelo de transformação capitalista e a dependência externa (FERNANDES, 1982, p. 105-119). Por isto, a emergência do movimento social das classes subalternas no final dos anos 70 foi por ele considerada um marco no histórico das lutas populares no

país, pois se antes os trabalhadores participavam da luta política e obtinham conquistas como cauda das frações burguesas, agora se organizavam de modo independente pela primeira vez, chegando mesmo a criar um partido de novo tipo, o PT (FERNANDES, 1991, p. 38).

Com o fim da Ditadura Militar e a “transição democrática” conduzida por um governo civil de conciliação entre os dissidentes do regime militar e a oposição burguesa, Florestan retoma a problemática das “saídas burguesas” para a crise da autocracia e publica “Nova República?” (FERNANDES, 1986). A partir do entendimento da transição “lenta, gradual e segura” como um movimento de adiamento do desenlace da crise da autocracia burguesa Florestan Fernandes conceituou a Nova República e a operação de “conciliação pelo alto” que lhe deu sustentação, como interrupção da contra-revolução preventiva desencadeada em 1964 com vistas a barrar, mais uma vez, as potencialidades de uma revolução democrática e nacional alimentadas pelo próprio desenvolvimento do capitalismo dependente em sua fase monopolista. O alvo principal desta operação política promovida pelas classes dominantes era o emergente movimento social das classes subalternas, nascido durante a crise da Ditadura, que apresentava uma nítida propositura programática de “revolução dentro da ordem”, embora já apontando tarefas de “revolução contra a ordem”, e cujos representantes políticos mais importantes eram o PT e a CUT (FERNANDES, 1986).

A interpretação da Nova República como continuação da Ditadura e da autocracia burguesa por outros meios, mais “suaves” e ardilosos, fundamentou não só a crítica de parte substantiva da esquerda socialista ao caráter conservador da transição política, como animou o redimensionamento da militância socialista de Florestan, agora desenvolvida principalmente no interior do PT e na condição de deputado federal. Além disso, embasou teoricamente a elaboração que identifica o processo de transição democrática vivenciado a partir de meados dos anos 70 e desdobrado durante toda a década de 1980 como um longo e exitoso movimento de reforma da autocracia burguesa, que perpassou o final do governo militar, o processo constituinte e as eleições presidenciais de 1989 para desembocar na hegemonia neoliberal estabelecida na década seguinte. De seu ponto de vista, assim como a campanha das “Diretas Já” (1984), o processo constituinte (1987-1988), a Constituição de 1988 e a eleição de Collor (1989) foram oportunidades perdidas diante da tarefa histórica de ruptura com a “transição lenta, gradual e segura”, possibilitando seu prolongamento no tempo e pondo definitivamente a nu diante dos trabalhadores e oprimidos e de seu movimento social a resistência sociopática das classes dominantes à mudança e suas manobras dissimuladoras em torno da “questão democrática” (FERNANDES, 1990,

P. 5-8). Se a Constituição de 1988 não passou de um “ponto de divórcio entre o *Brasil antigo* e o *Brasil pós-constitucional*”, sem que vingasse uma consciência de ruptura (FERNANDES, 1989, p. 10), na eleição de 1989 o que estava em jogo era o fim da transição e a ruptura com o presente e o passado recente ou remoto. A derrota adiou esta ruptura, porém colocou impôs aos vencedores a impossibilidade de manter sua “velha dança de promessas retóricas e realidades cruéis”, pois terão que enfrentar “o rancor das massas populares, a capacidade de ação das vanguardas das classes trabalhadoras e a vigilância dos partidos de oposição frontal” (FERNANDES, 1990, p. 27).

De um modo ou de outro, as coisas haviam mudado, pois o adiamento sucessivo da ruptura com a autocracia burguesa em crise e a manutenção do curso do processo de transformação capitalista, com dependência, concentração econômica e super-exploração do trabalho, tiraram das classes burguesas a chance de dirigir a necessária revolução nacional e democrática (“revolução dentro da ordem”); transferindo esta tarefa de modo irremediável para o pólo proletário. Isto porque diante da globalização e da perspectiva neoliberal, impostas pelas nações capitalistas centrais e pelo imperialismo, este caminho tornava inevitável a regressão colonial, com a perda de capacidade interna de comando econômico e político pelas burguesias nativas, caso não vicejasse a revolução nacional e democrática. Como uma necessidade histórica repostada pela ofensiva imperialista e neoliberal, a perspectiva da revolução nacional e democrática repunha a classe trabalhadora como o único sujeito capaz de desatar os nós górdios da transformação capitalista do Brasil, atualizando sua força política e social e seu compromisso com a desagregação da ordem (FERNANDES, 1994, P. 7-25).

Esta perspectiva analítica apontou de modo certo as contradições vivenciadas pelo capitalismo brasileiro após a transição e antecipou criticamente o qual seria o caminho efetivamente seguido pelas classes burguesas nativas a partir de então. Porém, renovou as esperanças e expectativas otimistas de Florestan na radicalidade do pólo proletário e na capacidade do movimento social dos trabalhadores, em especial o PT, de oferecer uma alternativa histórica a este curso. Isto num período em que o PT e a CUT já davam os primeiros sinais de perda de radicalidade e acomodação à ordem institucional oriunda da transição.

Apesar desta visão otimista e algo “messiânica”, Florestan também alertava para as possibilidades do movimento das classes subalternas perder sua radicalidade e tornar-se incapaz de cumprir as tarefas históricas que lhe cabiam. Numa obra curta, mas muito importante, redigida como sua intervenção pessoal no I Congresso do PT, intitulada *O PT em movimento* (1991), Florestan localiza claramente os problemas e desafios colocados

diante do partido e do movimento social dos trabalhadores pela dinâmica da luta de classes. Segundo ele, a não compreensão do caráter da luta política proletária e socialista num país de capitalismo atrasado e dependente como o Brasil e das próprias configurações assumidas pelo conflito capital/trabalho depois da Segunda Guerra Mundial impediam o partido de compreender claramente seu papel e sua missão histórica, enfraquecendo-o diante do conservadorismo das classes dominantes, impedindo-o de assumir um programa que articulasse dialeticamente as tarefas da “revolução dentro da ordem” com as da “revolução contra a ordem” e referendando, de um lado, as vacilações ideológicas na defesa do socialismo, e de outro o doutrinário de determinadas correntes petistas, demasiadamente presas às técnicas revolucionárias emanadas da experiência da Revolução Russa. Além disso, caso o PT se limitasse à política convencional, voltada para a mera competição eleitoral e parlamentar, submetendo-se à perspectiva da legalidade burguesa e abandonando sua função educativa e mobilizadora, perderia sua força histórica e se tornaria um partido da ordem como qualquer outro. Finalmente, Florestan também localiza uma grande dificuldade do partido em superar os limites institucionais impostos à sua movimentação política e social pela própria ordem autocrática, o que se deve, de um lado, à relativa imaturidade do movimento social que lhe deu origem e, de outro, ao próprio reacionarismo das classes dominantes brasileiras. Esta imaturidade política e o compromisso frouxo com a perspectiva socialista explicam em grande medida os problemas organizativos localizados por Florestan no partido, como as tendências burocráticas e o descompasso entre a democracia na base e o centralismo na cúpula (FERNANDES, 1991, p. 50-56).

Poucos anos depois Florestan reconhece o maior esvaziamento do horizonte socialista no PT e o predomínio da perspectiva social-democrática, características presentes sinteticamente em seu líder máximo. Porém ainda considerava o programa da candidatura presidencial de Lula em 1994 uma saturação dos requisitos necessários à “revolução dentro da ordem” e que sua execução pelo pólo proletário implicaria no renascimento da perspectiva socialista e de sua proposta societária (FERNANDES, 1994, p. 7-25).

Notas finais

Apesar da enorme justeza da propositura política e teórica de Florestan, percebe-se em suas formulações sobre os avanços, limites e dilemas do movimento social dos trabalhadores no período a não teorização do potencial transformista contido no processo de reforma da autocracia burguesa em relação aos setores oposicionistas, em geral, e à oposição antiautocrática, em particular. Podemos afirmar que em Florestan os

problemas programáticos e organizativos do PT são muito mais resultado da combinação histórica entre uma ordem burguesa extremamente resistente à mudança, mesmo nos marcos do capitalismo, e um movimento social dos trabalhadores de formação e desenvolvimento recentes, ainda incapaz de assumir todas as potencialidades subversivas e desagregadoras da ordem presentes em sua ação devido aos próprios obstáculos colocados em seu caminho pela autocracia burguesa; do que fruto de um movimento de cooptação de caráter transformista (GRAMSCI, 2002) operado pelo próprio processo de reforma da autocracia burguesa.

De fato, a reforma da institucionalidade autoritária e posterior criação da institucionalidade democrática sob Estado autocrático burguês demonstram a relativa plasticidade da autocracia burguesa reformada diante das contradições geradas pela crise do modelo econômico desenvolvimentista e da própria Ditadura Militar e sua própria capacidade de gerar consenso passivo e passivizar o movimento dos trabalhadores, esvaziando o conteúdo de “revolução dentro da ordem” em seu programa e anulando a perspectiva de “revolução contra a ordem”, presente mais no discurso do que na prática. Isto por que o movimento transformista daí oriundo também carrega um caráter particular, de tipo ampliado. Ao invés da negociação e incorporação de elementos do projeto histórico dos trabalhadores no bloco histórico burguês e da absorção de suas lideranças aos quadros dos grupos dirigentes, fundamento do transformismo de tipo restrito, prevaleceu a delimitação institucional da ação político-social das classes subalternas, constringendo-as à desenvolverem uma lógica de organização e mobilização que arrefeceu paulatinamente sua perspectiva crítica e autônoma em favor da reprodução das práticas autocráticas tradicionais. Fatores como a legislação partidária e eleitoral e a estrutura sindical foram cruciais nesta passivização, pois condicionaram a movimentação política e social dos trabalhadores no sentido de reforçar uma dinâmica eleitoreira, aparelhista e ideologicamente frouxa, no plano partidário, burocrática e meramente corporativista, no plano sindical, que contribuíram poderosamente para anular as práticas inovadoras de autonomia política e auto-organização popular e esvaziar o conteúdo antiautocrático de seu programa. No PT tais efeitos já se faziam sentir desde 1982, quando diversos setores do partido denunciavam a degeneração dos núcleos de base e sua transformação em meros cabos eleitorais das candidaturas partidárias (MACIEL, 2004).

Em 1987, no V Encontro Nacional, definiu-se a candidatura presidencial de Lula como o eixo tático e estratégico da vida partidária, subordinando todas as lutas e demandas específicas à disputa eleitoral. Na CUT ocorreu processo semelhante, na medida em que a perspectiva de ruptura com a estrutura sindical estatal foi sendo abandonada em favor de

uma tática de crescimento “por dentro” que reforçou as tendências burocráticas e aparelhistas presentes em seus setores majoritários desde o início. No seu III Congresso a CUT tornou-se, na prática, uma central de sindicatos, e não de trabalhadores, na medida em que reforçou a representatividade das direções sindicais em seu interior e o poder da direção nacional sobre as instâncias de base. Em termos programáticos isto significou a perda crescente da perspectiva ético-política em favor de uma propositura cada vez mais corporativista (MACIEL, 2008). Resumidamente, podemos afirmar que a evolução política e ideológica do PT e da CUT a partir dos anos 90 confirma esta orientação, com o abandono efetivo da perspectiva socialista, sua integração à lógica institucional, no caso do primeiro, e ao sindicalismo de Estado, no caso da segunda, e sua adesão progressiva à perspectiva hegemônica neoliberal, mesmo que numa versão moderada, como evidenciam os sete anos de governo Lula.

Com estas breves considerações queremos afirmar que para além dos constrangimentos institucionais impostos à movimentação das classes subalternas pela autocracia burguesa reformada, com a tutela militar sobre o governo civil, a supremacia do poder Executivo sobre os outros poderes, a preservação do aparato de repressão e informações como reserva estratégica de poder contra os movimentos sociais, as dificuldades apresentadas pelo movimento dos trabalhadores são também o resultado de um movimento transformista exitoso, capaz de esvaziar/anular sua radicalidade política definindo os marcos em que sua própria dinâmica se daria, ou seja, ao definir os limites e métodos a que o movimento dos trabalhadores deveria se submeter, a autocracia burguesa definiu sua práxis e seu projeto. Deste ponto de vista, a autocracia burguesa reformada demonstrou grande capacidade de “integrar passivamente à ordem” os principais instrumentos de luta criados pelo movimento social dos trabalhadores nas últimas décadas, reproduzindo a dominação social burguesa numa qualidade superior, não vislumbrada plenamente pelo grande sociólogo e militante socialista.

Bibliografia

FERNANDES, Florestan. Apontamentos sobre a Teoria do Autoritarismo. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

_____. *A ditadura em questão*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.

_____. *Nova República?* 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

_____. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

_____. *A Constituição inacabada*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

- _____. *A transição prolongada: o período pós-constitucional*. São Paulo: Cortez, 1990.
- _____. *O PT em movimento*. São Paulo: Cortez, 1991.
- _____. “Lula e a transformação do Brasil contemporâneo”. *Práxis*, nº 2, Belo Horizonte, setembro de 1994, p. 7-25.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- MACIEL, David. *A argamassa da ordem: da Ditadura Militar à Nova República (1974-1985)*. São Paulo: Xamã, 2004.
- _____. *De Sarney à Collor: reformas políticas, democratização e crise (1985- 1990)*. Goiânia, 2008. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás.